

MULHERES NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DO PLANEJAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL SOB UM VIÉS DE GÊNERO

BEATRIZ FREIRE PIMENTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

JANDERSON MARTINS VAZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

MULHERES NA GESTÃO PÚBLICA: estudo do planejamento do orçamento público municipal sob um viés de gênero

1. Introdução

O acesso das mulheres brasileiras ao mercado de trabalho é uma luta constante, de acordo com Wolf (2015) esse processo tem seu início nos anos 1970, época marcada pelo fortalecimento do feminismo, e segue se moldando até a década de 2010. De acordo com Coutinho (2011) as mudanças geradas pela globalização têm ocasionado uma busca por líderes com maior networking, ênfase nas relações interpessoais e comunicação, estereótipos tradicionalmente femininos o que abre portas para as mulheres alcançarem altos cargos.

Nesse contexto, é possível perceber que o setor privado está se moldando de modo que as mulheres tenham maior participação nas organizações. No que diz respeito ao setor público, a luta das mulheres trás questões como a possibilidade de votar e participar ativamente da política. Figuras como Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura são muito importantes nessa luta pela mulher na política. (ALVARES,2014).

Desde os anos de 1920 com a luta pelo sufrágio e participação das mulheres na política, foi eleita a primeira mulher prefeita em 1929, Alzira Soriano eleita no município de Lages - RN, de acordo com Engler (2019). Desde então as mobilizações feministas e as reformas na Administração Pública trouxeram a possibilidade de as mulheres se destacarem na política (BINOTTO,SIQUEIRA,SOUZA,2011)

A partir desse contexto de participação feminina no setor público Funk, Philips (2019) se propõem a estudar a forma como elas conduzem o gasto público. De acordo com esses autores uma maior participação feminina pode induzir um maior gasto em áreas como Saúde, Educação e Assistência Social, o que consequentemente ocasiona um gasto menor em áreas como Infraestrutura, Esportes e Agronomia.

Doravante essa tese, torna-se interessante estudar a influência do gênero em questões de gestão pública, bem como, a eleição de mulheres e governança feminina, que ainda é um tema pouco explorado.

Esse trabalho tem o intuito de responder a seguinte questão: Quais as características do orçamento público em diferentes contextos de participação feminina nos poderes Executivo e Legislativo? Ao longo do trabalho propõe-se analisar a diferença de planejamento do orçamento público, com base na tese de Funk, Philips (2019) para quatro municípios da microrregião de Lavras-MG

Como o trabalho busca cruzar dados políticos e orçamentários o levantamento de dados foi feito a partir de informações advindas dos sites das Prefeituras Municipais e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Ao final, esse cruzamento de dados busca comprovar ou reprovocar hipóteses tais como: a representação feminina traz uma alocação maior de recursos em áreas sociais, como Saúde, Educação e Assistência Social? A gestão de recursos públicos se diferencia baseada no gênero que ocupa cargos de liderança?

2. Referencial Teórico

2.1 Trajetória das mulheres nas instituições políticas

A figura feminina ser aceita como um indivíduo possuidor de direitos políticos é resultado de um caminho longo e de pessoas importantes como Olympe de Gouges que lutou a favor da participação política feminina e do direito a cargos públicos na França de 1789. Ela lançou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã influenciando diversas mulheres a lutarem por seus direitos (BARBOSA, 2019).

Confrontando o machismo que perdurou mesmo durante a Revolução Francesa, a luta de Olympe de Gouges reverberou no mundo todo, tornando o movimento feminista mais forte

em busca do sufrágio no século XIX, da igualdade nos anos 1960 e da aceitação feminina nos anos 2000 (MONTEIRO,2017; GALETTI,2014).

Como consequência de todo esse movimento e, principalmente, da luta em prol da mulher na política, a figura feminina foi conquistando os seus lugares nos mais diversos países. Angela Merkel na Alemanha ,Michelle Bachelete no Chile, Cristina Fernández de Kirchner na Argentina e Dilma Rousseff que foi a primeira mulher eleita para a presidência da República do Brasil em 2011 (HOLTZ-BACHA,2013; CORREA,2014).

No contexto brasileiro é possível encontrar relatos históricos da presença feminina em instituições políticas desde o Brasil Colônia, sendo possível identifica-las em uma linha do tempo da história brasileira.

Ana Pimentel representa essa presença feminina na época do Brasil Colônia, mulher do donatário Martim de Souza, passou a liderar a capitania de São Vicente a partir de 1534, durante o tempo em que liderou a capitania ela fundou o hospital da Misericórdia e se destacou pelo desenvolvimento do arroz e introdução da laranja na região de acordo com BOLEO (2013). Já no Brasil Império dentre as mulheres que se destacaram está Anna Rosa Termacsics do Santo, Ela publicou o “Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar” o qual contribuiu bastante na formação e educação de meninas daquele tempo (RIBEIRO, 2017).

De acordo com KARAWAJCZYK(2014) o período republicano foi marcante pela inquietude feminina quanto a sua participação na política. Em 1914 Leolinda Daltro liderou a fundação do Partido Republicano Feminino o qual pregava a ativa presença das mulheres. Segundo Mendes (2016) em 1922 o movimento sufragista tomou corpo a partir da formação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura que deram o início a luta pelo voto das mulheres se concretizando apenas em 1946 em que a constituinte deliberou sobre o voto obrigatório das mulheres (VIOLA, 2019).

O ano de 1988 é um marco na história do Brasil, a democracia passa a se fortalecer e o discurso político torna-se mais abrangente para todos os grupos da sociedade. A inserção da mulher no espaço público é uma forma de reforçar essa democracia, uma vez que a luta inspira e encoraja mulheres de todas as etnias e classes sociais a se apropriarem do seu lugar de fala na política (GOHN,2007).

As mulheres brasileiras correspondem a 52% do eleitorado, de acordo com o Tribunal de Justiça Eleitoral (TSE,2018). Vê-las assumindo cargos no executivo e legislativo é a consolidação de uma luta histórica. Entender a gestão pelo olhar feminino é algo novo e desafiador, podendo ter consequências positivas para a administração pública federal, estadual e municipal (FUNK, PHILIPS, 2019).

2.2 Implicações do aumento da representação das mulheres na gestão local

A administração pública municipal é um eixo de estudo importante no que diz respeito ao desenvolvimento do país como um todo. É no âmbito local que os anseios da população são ouvidos, sendo a gestão municipal a porta voz dos cidadãos e seus interesses posteriormente poderão ser incluídos nas agendas políticas dos gestores estaduais e federais (DOS SANTOS; TAFFAREL,2013).

Nesse contexto, torna-se interessante estudar as formas de gestão a partir do viés de gênero, de modo a ter inovações nos estudos, entender se a gestão feminina traz ou não diferenciações para a administração pública local e se as mulheres eleitas governam em prol da classe feminina (FUNK, PHILIPS, 2019).

Nessa temática Orsbone and Slivinski (1996) e Besley and Coate (1997) formulam a teoria de cidadão-candidato. A ideia da teoria é que a pessoa que se candidata carrega consigo anseios e preferências de sua face cidadã, e sendo eleita ela pode coloca-las em prática.

Esse modelo tem uma implicação na relação de gênero e política, uma vez que se entende que as mulheres têm preferências diferentes. Elegê-las pode fazer com que municípios

tenham experiências diferentes, tanto na aplicação de recursos para políticas, quanto na própria gestão pública (RAMOS,2014)

Nesse contexto, Chattopadhyay e Duflo (2004) relatam uma experiência sobre a influência da liderança feminina na Índia em que desde 1990 um terço dos cargos de conselhos de aldeia foram reservados para as mulheres podendo-se perceber a inclusão de pautas relativas à água potável e oportunidade de trabalho nas reuniões.

A ideia da mulher quando eleita promover gastos e políticas referentes a questões femininas também é analisada por Meier e Funk (2017), Brollo e Troiano (2016) e Braton e Ray (2002) que perceberam uma maior presença de políticas de apoio as vítimas de violência doméstica, prestação de serviços de saúde, assistência social, creches e ações referentes a igualdade de gênero e maiores gastos em instalações educacionais em municípios com maior participação feminina.

Além do nível local as mulheres também fazem a diferença nas legislaturas estaduais. Kittilson (2008) mostra que uma maior participação feminina nas câmaras estadunidenses incluiu pautas femininas nas discussões e a licença maternidade foi estendida. Courtemanche e Green (2017) concluíram que ter mulheres presentes no legislativo altera a dinâmica dos gastos, o que pôde ser comprovado pelo aumento no gasto médio com cuidados de saúde. Para tanto, se torna interessante estudar de acordo com Funk, Philips (2019) se a gestão feminina traz diferenciações no planejamento do gasto público municipal.

2.3 Orçamento e gasto público municipal

A Administração Pública, em todas as suas esferas, é responsável por gerenciar e prover serviços à sociedade de modo que se tenha bem estar e desenvolvimento. Para que ela funcione de forma plena são necessárias algumas ferramentas de gestão que orientam as ações feitas pelos gestores e uma dessas ferramentas é o orçamento público (AFONSO,2016).

A estruturação da atuação da administração pública é dada pelo orçamento, visto que, ele filtra a viabilidade de execução das políticas públicas. Para um gestor colocar um projeto em prática é preciso se ater à disponibilidade dos recursos. Dessa forma, orçamento público é um instrumento que norteia o dinamismo da gestão (ABREU, 2015), sendo que no âmbito municipal a constituição de 1988 trouxe uma maior autonomia tornando possível os (as) prefeitos (as) decidirem com sua equipe qual a melhor forma de aplicar os recursos. O planejamento orçamentário dos municípios é um processo integrado entre o poder executivo e o legislativo, uma vez que esse último é quem revisa e autoriza as previsões feitas na Lei Orçamentária Anual (LOA) podendo os(as) vereadores (as) pedir revisão de algo que não acharem correto (SOUZA,2018).

A partir da entrada de recursos nas contas públicas os gestores devem seguir o planejamento orçamentário e alocá-los em educação, saúde, assistência social, infraestrutura, segurança e outros (LEITE FILHO; FIALHO, 2015), obedecendo critérios e limites (máximos e mínimos) conforme preconiza a Constituição Federal e legislações específicas. Alguns estudos relatam e discutem esses critérios e limites atrelados às áreas de educação, saúde, assistência social e outras, como Cruz (2019), Cabral e Ferreira (2014), Delgado (2017), Cocolo (2019).

O gasto público é financiado pelos tributos e deve ser bem gerido, os recursos devem ser usados com eficiência, de modo que a sociedade tenha serviços de qualidade sem que haja exageros ou desvios das verbas (COSTA,2015). Dessa forma, fica clara a importância de se ter um planejamento orçamentário, uma vez que ele possibilita uma melhor gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, o estudo objetivou entender como funciona esse planejamento orçamentário, como são geridas as receitas e despesas relacionando as diferentes formas de lidar com o orçamento público entre um prefeito e uma prefeita, assim como observar a influência que vereadoras têm nesse planejamento.

3. Metodologia

A pesquisa é teórica de caráter descritivo, uma vez que se propõe descrever e correlacionar as variáveis, de forma a vincular as diferenças de gênero e formas de gerir o orçamento público municipal.

Para que essa pesquisa seja feita foi preciso uma investigação documental a partir das despesas anuais fixadas de cada município, que estão disponíveis no site do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Com relação aos objetivos, o estudo é qualitativo-quantitativo, primeiro será feita uma identificação de qual gênero ocupa os cargos de prefeito(a) e vereador(a) na administração municipal dos municípios estudados e em seguida serão analisadas as despesas previstas para os anos de 2018, 2019 e 2020.

Ao final, esses dados serão cruzados de modo a comprovar ou reprovocar hipóteses tais como: a representação feminina traz uma alocação maior de recursos em áreas sociais, como Saúde, Educação e Assistência Social? A gestão de recursos públicos se diferencia baseada no gênero que ocupa cargos de liderança?

A análise dos resultados será feita baseada na tese de Funk e Philips (2019) de que mulheres na gestão pública têm uma tendência de alocar mais recursos em áreas relativamente femininas como educação, saúde e assistência social e homens em áreas como urbanismo, agricultura e outros.

A amostra utilizada nesse estudo é a microrregião de Lavras- MG, que de acordo com o IBGE é composta por nove municípios, os quais são: Lavras, Carrancas, Ingaí, Ijaci, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Nepomuceno e Ribeirão Vermelho. No presente estudo todos os municípios serão analisados com relação a ocupação de cargos políticos, já o cruzamento de dados para comprovação ou reprovação das hipóteses será feito com quatro municípios os quais são: Lavras e Nepomuceno, Ribeirão Vermelho e Itutinga.

Como o trabalho é dividido em duas etapas, para a coleta qualitativa de dados foi feita uma busca nos sites das prefeituras e câmaras municipais e para a coleta quantitativa foram coletados dados de planilhas eletrônicas do Site do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Para a pesquisa foram escolhidos os orçamentos das seguintes funções: Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Esporte e Lazer e Urbanismo e somente aquelas despesas que estavam vinculadas a fontes de recursos ordinários de modo a obter um panorama mais assertivo uma vez que o gestor tem uma maior discricionariedade para com esses recursos.

Desse modo, foram analisadas a fonte de recursos com o código 100, intitulada na planilha do TCE por Recursos Ordinários, fonte com código 101, intitulada de Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Vinculados a Educação, a qual parte é relacionada aos recursos próprios da função educação e fonte de recursos com código 102 chamada de Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Vinculados a Saúde, que também tem uma parte relacionada aos recursos próprios da função saúde.

Após a coleta desses dados por função foi identificado o valor total de despesas previstas advindas da soma das fontes 100, 101 e 102. Com isso foi obtido um valor total de despesas ligadas aos recursos próprios para todas as funções em cada ano do mandato.

Para se chegar ao dado final que é o percentual alocado por função foi feita uma regra de três simples da seguinte forma:

Soma das despesas das fontes 100,101 e 102 no ano Y \longrightarrow 100%
Valor das despesas da função Saúde (exemplo) no ano Y \longrightarrow X%

A partir dessa operação foi possível identificar a porcentagem gasta em cada função nos quatro municípios durante os anos de 2018, 2019 e 2020.

Para uma melhor visualização do leitor foram feitos gráficos de cada município os quais demonstram a média gasta por função no mandato 2017-2020. A partir desses gráficos a descrição e análise de cada município foi feita com base na tese de Funk e Philips (2019) que intitulam as funções de governo Saúde, Educação e Assistência Social como sendo tipicamente

femininas, que estarão destacadas em roxo, e as funções de governo Agricultura, Esporte e Lazer e Urbanismo como sendo tipicamente masculinas que estarão destacadas em azul.

4. Resultados

Os primeiros resultados extraídos dos sites das prefeituras municipais trazem um panorama geral dos cargos e da presença feminina na gestão dos municípios. Esses dados podem ser melhor visualizados no Quadro 1.

Quadro 1- Identificação dos cargos públicos

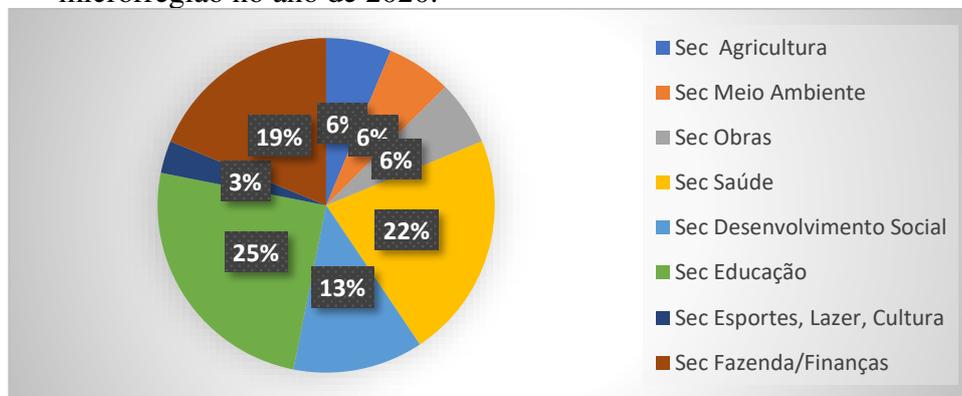
Município	Mulher Prefeita	Mulher Vice-Prefeita	Porcentagem de mulheres vereadoras	Porcentagem de mulheres nas secretarias municipais
Lavras	Não	Não	17,64%	70%
Ijaci	Não	Não	0%	33%
Ingai	Não	Não	0%	66,6%
Carrancas	Não	Não	44%	50%
Itumirim	Não	Não	0%	57%
Itutinga	Não	Não	0%	61%
Luminárias	Não	Não	11,1%	40%
Nepomuceno	Sim	Não	0%	40%
Ribeirão Vermelho	Sim	Não	11,1%	50%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A partir do quadro 1 pode-se perceber que o número de mulheres prefeitas na microrregião é baixo, demonstrando a dificuldade que elas têm de conseguir cargos de liderança na gestão pública. Quando se trata dos cargos de vice-prefeitas e vereadoras a situação ainda se agrava, mostrando em cidades como Ijaci, Ingai, Itujirim, Itutinga e Nepomuceno que nenhum desses cargos é ocupado por mulheres.

No que se refere às secretarias municipais percebe-se que as mulheres estão bastante presentes, ao se fazer uma análise mais detalhada a partir do gráfico 1 é possível compreender quais as secretarias essas mulheres estão inseridas.

Gráfico 1- Percentual de mulheres ocupando cargo de chefia nas secretarias municipais da microrregião no ano de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

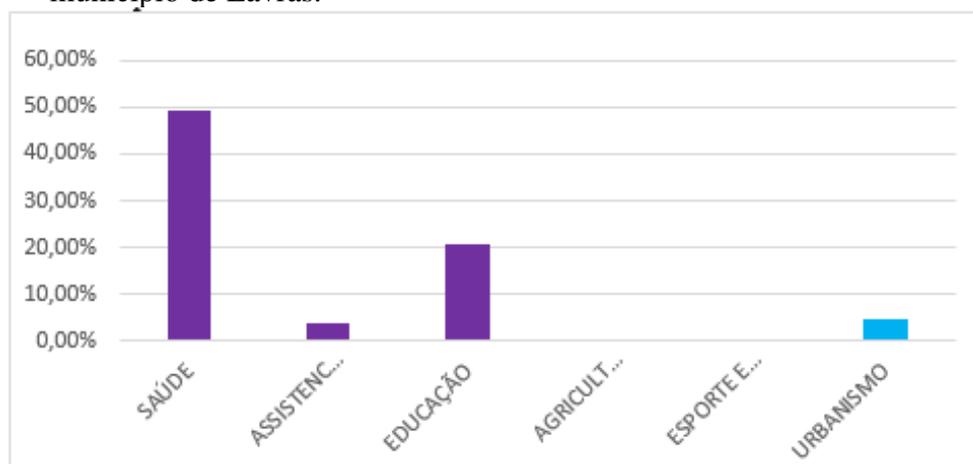
Diante do gráfico 1 pode-se inferir que há uma maior presença das mulheres nas secretarias de Educação, Saúde, Fazenda e Finanças e uma menor presença nas secretarias de Agricultura, Esportes, Lazer e Cultura e Obras.

A partir desse cenário geral serão analisados os planejamentos orçamentários, com base na tese de Funk e Philips (2019), de acordo com a média do percentual gasto nos anos de 2018, 2019 e 2020, um mandato, das funções Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura, Esporte e Lazer e Urbanismo das cidades de Lavras, Nepomuceno, Ribeirão Vermelho e Itutinga,

4.1 Análise do orçamento do Município de Lavras

O gráfico 2 traz uma análise da média percentual gasta em cada função governamental no município de Lavras, no mandato 2017-2020. A partir dele é possível visualizar e comparar os percentuais gastos.

Gráfico 2- Média percentual do valor previsto por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Lavras.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Analisando os dados orçamentários e levando-se em conta o quadro 1, o município de Lavras no mandato de 2017 a 2020 teve um prefeito como chefe do executivo, cerca de 17,64% de mulheres eleitas vereadoras e mulheres chefiando 70% das secretarias municipais. Nesse contexto, apresentam-se algumas constatações acerca do planejamento orçamentário das funções que compõem a organização e o funcionamento de uma Administração Pública Municipal.

A função que mais obteve recursos orçamentários nesse período foi a Saúde em que a média de alocação no mandato foi de 50%, seguida pela função Educação que despendeu uma média de pouco mais de 20% do total, percebe-se que essas são as funções que foram alocados mais recursos durante o mandato.

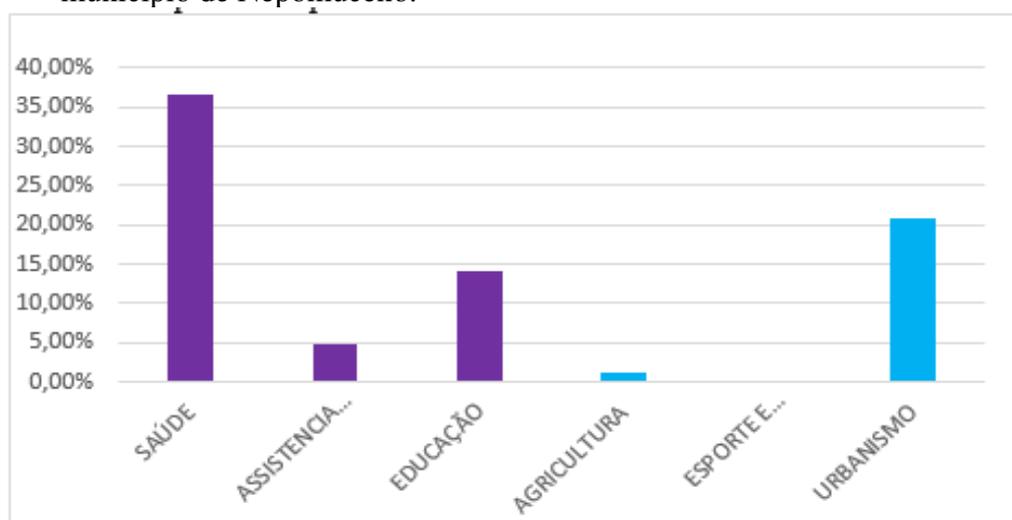
Na função Assistência Social foi alocado um correspondente a cerca de 4% do orçamento total. A função Urbanismo também tem valores bastante parecidos com a Assistência Social não ficando tão prioritário no governo.

Por fim, tem-se as funções Esporte e Lazer com 0,59% do orçamento e Agricultura com 0,42%. Essas funções têm uma representatividade de menos de 1% na previsão orçamentária do governo sendo os menos prioritários da gestão.

4.2 Análise do orçamento do município de Nepomuceno

O gráfico 3 traz uma análise da média percentual gasta em cada função governamental no município de Nepomuceno, no mandato 2017-2020. A partir dele é possível visualizar e comparar os percentuais gastos.

Gráfico 3- Média percentual do valor previsto por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Nepomuceno.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No mandato de 2017-2020, de acordo com o quadro 1, Nepomuceno teve como chefe do executivo uma prefeita, 0% de representação feminina na Câmara Municipal, além de ter 40% de mulheres chefiando as secretarias municipais. A partir desse contexto as previsões orçamentárias feitas durante esse período são as seguintes:

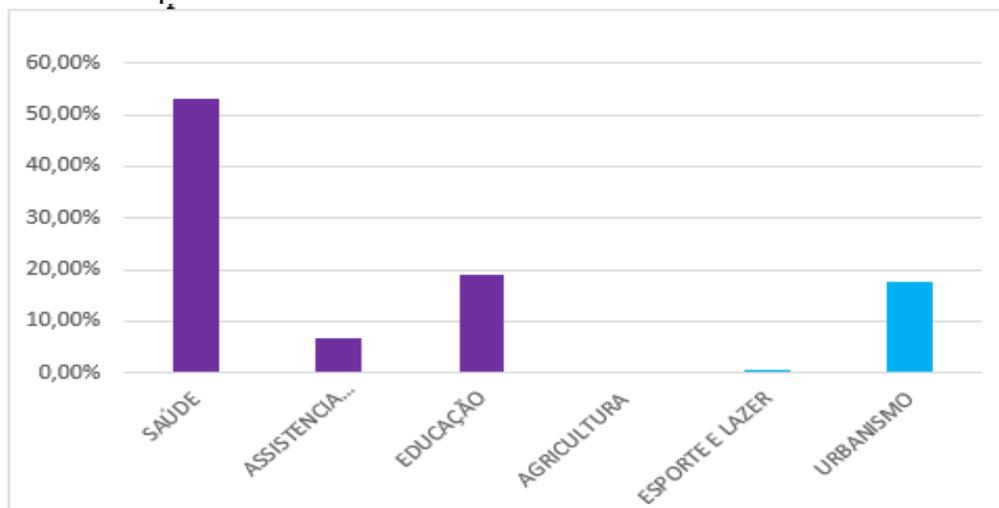
A função Saúde foi a prioritária no governo ficando com uma média de pouco mais de 35% durante esse período, a segunda função prioritária para a gestão foi Urbanismo com uma média de 20% do orçamento do mandato.

A função Educação foi a terceira mais priorizada ficando com 15% do orçamento do período. Na Assistência Social a gestão alocou cerca de 5% dos recursos não sendo muita prioridade no governo. Na função Agricultura foi alocada uma média de 1,31% e Esporte e Lazer 0,58%, sendo as áreas menos priorizadas no governo.

4.3 Análise do orçamento do município de Ribeirão Vermelho

O gráfico 4 traz uma análise da média percentual gasta em cada função governamental no município de Ribeirão Vermelho, no mandato 2017-2020. A partir dele é possível visualizar e comparar os percentuais gastos.

Gráfico 4- Média percentual do valor previsto por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Ribeirão Vermelho.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

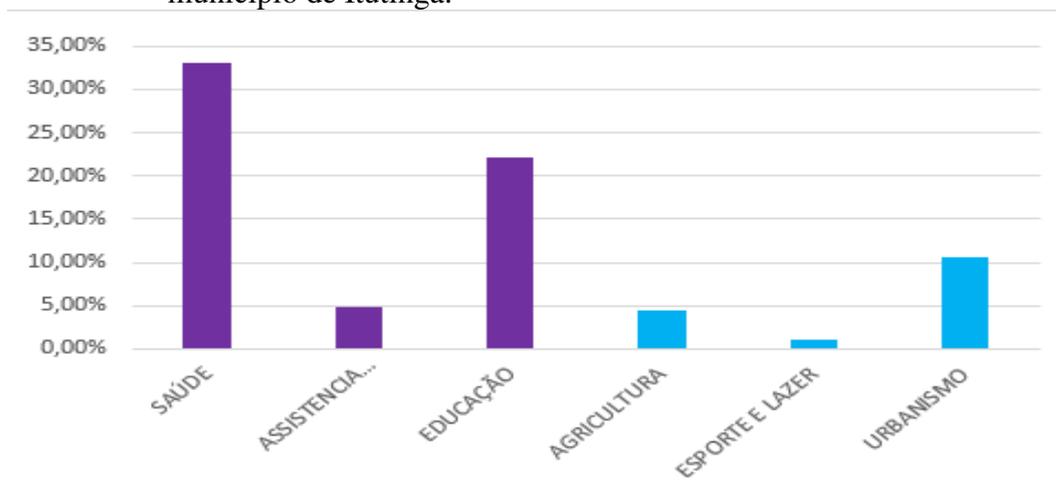
O município de Ribeirão Vermelho no período de 2017 a 2020, de acordo com o quadro 1, teve como chefe do executivo uma prefeita, 11,1% de mulheres eleitas para o cargo de vereadora e 50% de mulheres chefiando as secretarias municipais.

Analisando a previsão orçamentária por função do mandato, tem-se que o setor mais priorizado foi Saúde com uma média de mais de 50% dos recursos destinados para a área. A segunda prioridade do governo foi o setor de Educação com aproximadamente 20% do orçamento total do município no mandato. A função Urbanismo quase se iguala a função educação na média percentual, também sendo considerada com uma das três primeiras prioridades da gestão. Para a Assistência Social ficou prevista uma média de 5% do orçamento nesse período da gestão. Esporte e Lazer ficaram com uma média de 0,58% e Agricultura 0,14% sendo as funções que obtiveram menos recursos no município de Ribeirão Vermelho.

4.4 Análise do orçamento do município de Itutinga

O gráfico 5 traz uma análise da média percentual gasta em cada função governamental no município de Itutinga, no mandato 2017-2020. A partir dele é possível visualizar e comparar os percentuais gastos.

Gráfico 5- Média percentual do valor previsto por função dos anos de 2018,2019 e 2020 do município de Itutinga.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O município de Itutinga no mandato de 2017 a 2020, de acordo com o quadro 1, teve como representante do executivo um prefeito, 0% de representação feminina na Câmara Municipal e 61% de mulheres chefiando as secretarias municipais. A partir desse contexto, nesse período o planejamento orçamentário para com as funções da Administração Pública Municipal ficou da seguinte forma:

Cerca de 35% foi alocado na função Saúde sendo a prioridade do governo como pode ser visto no gráfico 5. O setor de Educação com pouco mais de 20% de recursos alocados no mandato também faz parte das prioridades da gestão juntamente com Urbanismo pouco mais de 10%. Itutinga alocou cerca de 5% dos recursos em Agricultura diferenciando-se dos outros municípios estudados que alocaram menos até pouco mais de 1% para essa função. Na Assistência Social a gestão alocou 5 % dos recursos, sendo uma prioridade de igual valor ao Urbanismo para a gestão. Por fim, o prefeito alocou um pouco mais de 1% em Esporte e Lazer o que diferencia também dos outros municípios que alocaram menos de 1% dos seus recursos para essa função.

4.5 Orçamento dos municípios a partir do contexto da participação feminina como chefe do executivo e na Câmara Municipal.

Nesta seção apresenta-se a análise comparativa dos valores orçados para cada função governamental em quatro municípios da amostra. De forma acessória, procurou-se caracterizar a presença feminina como chefe do executivo e também na Câmara Municipal. A tabela 1 traz uma síntese das médias orçamentárias no período estudado, por função de governo dos municípios estudados, levando-se em conta a tese de Funk e Philips (2019) que intitula funções tipicamente femininas e funções tipicamente masculinas.

Tabela 1- Análise geral das médias de gastos ordinários proporcionais por função dos municípios estudados no período de 2017 à 2020

Município / Chefe do Executivo	% de mulheres no legislativo	Funções de Governo Tipicamente Femininas (% médio orçado no período)			Funções de Governo Tipicamente Masculinas (% médio orçado no período)		
		Saúde	Educação	Assistência Social	Agricultura	Esporte e Lazer	Urbanismo
Lavras/prefeito	17,64%	49,26%	20,9%	4,03%	0,42%	0,59%	4,9%
Itutinga/prefeito	0%	33,11%	22,2%	4,9%	4,42%	1,01%	10,62%
Nepomuceno /prefeita	0%	36,58%	14,2%	4,71%	1,31%	0,23%	20,8%
Ribeirão Vermelho/prefeita	11,1%	53,03%	19,06%	6,79%	0,14%	0,58%	17,75%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na função Saúde o município que mais alocou recursos foi Ribeirão Vermelho, que no mandato 2017/2020 teve como chefe do executivo uma prefeita e 11,1% de mulheres vereadoras.

Na função Educação a maior média de alocação de recursos foi no município de Itutinga. Percebe-se que as maiores médias de alocação de recursos foram realizadas em municípios com prefeito, sendo que dentre elas, a maior foi em Lavras, que possui 17,64% de mulheres vereadoras. As menores médias foram observadas em municípios com prefeitas e entre eles o que aplicou mais recursos em Educação foi Ribeirão Vermelho com 11,1% de mulheres vereadoras.

Na função Assistência Social a maior média de alocação de recursos é no município de Ribeirão Vermelho. Percebe-se que a maior média foi em um município com prefeita e 11,1% de vereadoras, porém a segunda maior média foi em um município com prefeito e nenhuma vereadora. Na função Agricultura a maior média foi no município de Itutinga sendo representado por prefeito e 0% de vereadoras.

Na função Esporte e Lazer o município que mais alocou recursos foi Itutinga. Percebe-se que as duas maiores médias são em municípios com prefeitos chefiando o executivo. Por fim, na função Urbanismo o município que mais aloca recursos é Nepomuceno. Percebe-se que os municípios que mais alocam orçamento para essa função são aqueles com prefeitas como chefe do executivo.

5. Conclusão

O trabalho propôs estudar as características do planejamento orçamentário do mandato de 2017-2020 para quatro municípios da microrregião de Lavras, de modo a compreender se a participação feminina, tanto no executivo quanto no legislativo tem alguma influência na alocação de gastos de funções governamentais. Foram identificadas algumas tendências de alocação de gastos em certas funções em municípios com uma maior participação feminina.

O estudo objetivou identificar os percentuais gastos em seis funções que compõem a administração pública municipal, os quais foram identificados por meio de pesquisas no site oficial do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e sites oficiais das prefeituras municipais.

O referencial teórico deste trabalho destacou autores que pesquisaram sobre o a relação do gênero com a forma de lidar com o orçamento público e encontraram constatações de que mulheres têm uma atenção maior em áreas ditas sociais, como saúde e educação.

Por meio de análise de dados orçamentários foram encontrados resultados que possibilitaram compreender uma tendência de municípios com uma maior participação

feminina alocar mais recursos em Saúde. Observou-se, ainda, que a presença de mulheres na Câmara Municipal traz uma propensão maior de alocação de recursos em Educação.

Na Assistência Social não se pode afirmar uma tendência de alocação maior para essa área diante da participação feminina, uma vez que o município que mais aloca recursos é aquele que possui prefeita e 11,1% de vereadoras, mas o segundo maior é aquele que possui prefeito e 0% de vereadoras.

Nas funções Agricultura e Esporte e Lazer percebe-se uma maior tendência de alocação de recursos em municípios com prefeito ou com 0% de representação feminina na Câmara Municipal. Por fim, na função Urbanismo os municípios que mais alocaram recursos foram aqueles com prefeita o que vai contra a tese de Funk, Philips (2019), em que essa função não é intitulada como preferencial em uma gestão feminina.

O estudo foi limitado a uma análise sobre quatro municípios diante da grande quantidade de dados orçamentários para serem analisados, além disso, foi feita uma pesquisa descritiva limitando-se a uma caracterização dos municípios, não sendo realizado o teste estatístico das hipóteses.

Esta pesquisa mostra-se relevante por caracterizar e diferenciar o modo de gestão entre uma mulher e um homem, demonstrando funções que são prioritárias em cada gestão. Além disso, o estudo deixa possibilidades para estudos futuros em que municípios de outras regiões sejam estudados, que as hipóteses sejam testadas estatisticamente, obtendo assim resultados de maior precisão. O estudo abre precedente também para estudar quais as características dos municípios que detém uma maior participação feminina na gestão pública, além de poder estudar quais as áreas que municípios de diferentes tamanhos tendem a priorizar em seus planejamentos orçamentários.

Fica claro, portanto, a importância da pesquisa para a compreensão de diferentes formas de gestão do orçamento público municipal a partir de um viés de gênero, que abre precedentes para diversos estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cilair Rodrigues de; CÂMARA, Leonor Moreira. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 1, p. 73-90, 2015.

AFONSO, José Roberto. Orçamento público no Brasil: história e premência dereforma. *Espaço Jurídico: Journal of Law*, v. 17, n. 1, p. 9-28, 2016.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira-quem vota? quem se candidata?. *cadernos pagu*, n. 43, p. 119-167, 2014.

BESLEY, Timothy; COATE, Stephen. Um modelo econômico de democracia representativa. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 112, n. 1, pág. 85-114, 1997.

BOLÉO, Luísa de Paiva. Ana Pimentel—a primeira mulher à frente de uma capitania no Brasil. In: *O rosto feminino da expansão portuguesa: Congresso Internacional. Actas I e II.2013*

BOLZENDAHL, Catherine; COFFE, Hilde. Citizenship beyond politics: the importance of political, civil and social rights and responsibilities among women and men 1. *The British Journal of Sociology*, v. 60, n. 4, p. 763-791, 2009.

BRATTON, Kathleen A.; RAY, Leonard P. Descriptive representation, policy outcomes, and municipal day-care coverage in Norway. *American Journal of Political Science*, p. 428-437, 2002.

BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. *Journal of Development Economics*, 2016, 122: 28-45.

CABRAL, Kerla Fabiana Dias; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Investigação dos Níveis de Eficiência na Alocação dos Recursos Públicos Após O Pacto Pela Saúde. *RAHIS-Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde*, v. 11, n. 1, 2014.

CHATTOPADHYAY, Raghavendra; DUFLO, Esther. Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in India. *Econometrica*, v. 72, n. 5, p. 1409-1443, 2004

CÓCOLO, Natalia Tsuyama. Os investimentos em infraestrutura nos municípios mineiros de pequeno porte. 2019.

CORRÊA, Beatriz da Cruz Nascimento. Gênero, mídia e estereótipos: uma análise da representação da presidenta Dilma Rousseff. 2014

COSTA, Caio César de Medeiros et al. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 5, p. 1319-1347, 2015.

COURTEMANCHE, Marie; GREEN, Joanne Connor. The influence of women legislators on state health care spending for the poor. *Social Sciences*, v. 6, n. 2, p. 40, 2017.

COUTINHO, R. Mulheres brasileiras em posições de liderança: Novas perspectivas para antigos desafios. *Economia Global e Gestão*, vol.16, n.1, 2011. pp.61-79.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo et al. Capacidade financeira dos municípios paulistas em atender às metas de educação infantil do Plano Nacional de Educação. *Revista do Serviço Público*, v. 70, n. 1, p. 59-82, 2019.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007

DE FARIA BARBOSA, Claudia. *As Mulheres na Política Local: Entre as Esferas Pública e Privada*. Editora Appris, 2019.

DOS SANTOS, Carolinne Nhoato; TAFFAREL, Claridê Chitolina. Autonomia municipal, poder local e participação popular. *Revista Justiça do Direito*, v. 27, n. 2, p. 275-297.2013

ENGLER, Isabel. A primeira prefeita brasileira Alzira Soriano: o poder político coronelístico, Lages/RN, 1928. 2019.

FUNK, Kendall D.; PHILIPS, Andrew Q. Representative budgeting: Women mayors and the composition of spending in local governments. *Political Research Quarterly*, v. 72, n. 1, p. 19-33, 2019.

GALETTI, Camila Carolina H. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. *Anais do 18º Encontro da REDOR*. Recife: UFRPE, 2014.

HOLTZ-BACHA, Christina. Quem cuida das crianças?: a representação das mulheres do alto escalão político pelos media. 2013.

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro> >> acesso em 10/07/2020

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.

KITTILSON, Miki Caul. Representing women: The adoption of family leave in comparative perspective. *The Journal of Politics*, v. 70, n. 2, p. 323-334, 2008.

LEITE FILHO, Geraldo A.; FIALHO, Tânia MM. Efeitos dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros. In: *CONGRESSO USP—CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*. 2015.

MEIER, Kenneth J.; FUNK, Kendall D. Women and public administration in a comparative perspective: The case of representation in Brazilian local governments. *Administration & Society*, 2017, 49.1: 121-142.

MENDES, Juliana Maia. As porteiras foram abertas: Cidadania e sufrágio feminino no Rio Grande do Norte. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. *Direito e desenvolvimento*, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

OSBORNE, Martin J.; SLIVINSKI, Al. A model of political competition with citizen-candidates. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 111, n. 1, p. 65-96, 1996.

RIBEIRO, Cristiane. EMANCIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO BRASIL. 2017

Site Prefeitura Municipal de Itutinga: <http://itutinga.mg.gov.br/> Acesso em 20/01/2021

Site Prefeitura Municipal de Lavras: <https://www.lavras.mg.gov.br/> Acesso em 12/01/2021

Site Prefeitura Municipal de Nepomuceno: <https://www.nepomuceno.mg.gov.br/> Acesso em 12/01/2021

Site Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho: <https://ribeiraovermelho.mg.gov.br/> Acesso em 20/01/2021

Site TCE https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/tribunal-de-contas-do-estado-de-minas-gerais-tce Acesso em 01/02/2021

SOUZA, Daiane Aparecida Pereira Flor de. Orçamento público: principais problemas enfrentados pelos gestores municipais dos pequenos municípios do estado de São Paulo. 2018.

SOUZA, PF de; SIQUEIRA, E. S.; BINOTTO, E. Liderança Feminina na Gestão Pública: Um estudo de caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

VIOLA, Carla Maria Martellote. A “Pólis representada pela “Poiesis” Feminina: Reflexões sobre a trajetória da mulher na Câmara dos Deputados. *Lex Cult Revista do CCJF*, v. 3, n. 2, p. 165-181, 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; DE OLIVEIRA, Núcia AS. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: perspectivas recentes. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, p. 861-866, 2015.